Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020.

Ilustres diretores da ADUFRJ,

Fomos questionados a nos manifestar sobre o direito de férias docente frente aos novos calendários discutidos no CEG. Apresentamos, a seguir, nossas considerações:

Depois de várias reuniões o CEG decidiu o calendário dos períodos de 2020.1, 2020.2 e 2021.1. Foram definidos períodos de 12 semanas, sem sobreposição, entre o PLE e o período de 2020-1, com intervalos de apenas duas semanas entre os semestres letivos. Também ficou definido que as aulas do primeiro semestre de 2020 serão iniciadas em novembro.

Entretanto, na elaboração do novo calendário não foram observados os períodos de férias docentes nem foram criadas regulamentações para a preservação deste direito.

Os servidores públicos têm o direito de férias assegurado na Constituição Federal (art. 39, parágrafo 3º). A lei 12.772/2012, em seu artigo 36, prevê que os docentes da carreira do magistério federal têm direito a um período de férias de 45 dias, que pode ser parcelado. A lei 8.112/90, estatuto jurídico dos servidores, prevê, no parágrafo 3º do art. 77, que as férias dos servidores poderão ser parceladas em, no máximo 3 períodos, desde que assim requeridas pelo servidor e no interesse da administração.

Portanto, o direito de férias tem proteção constitucional e legal e deve ser garantido em seu sentido pleno. Contudo, considerando que os calendários foram construídos para terem intervalos de apenas duas semanas, dificilmente os docentes poderão ter períodos de férias superiores a 15 dias (cada período). Por outro lado, da forma como foi constituído, o calendário também traz sérios obstáculos à compatibilização de um período mínimo de 15 dias (de férias) e a preparação docente para suas atividades do período subsequente. Na prática, mesmo que o docente faça opção por parcelar seus períodos de férias em três períodos de 15 dias, este direito poderá ser desnaturado por não permitir uma efetiva desconexão com o trabalho universitário na medida em haverá a necessidade de preparação para o trabalho no período subsequente.

E neste aspecto é fundamental observar que adoção de um calendário que pretenda garantir o direito de férias docente tem especial relevância em um período de pandemia que fez explodir os índices de fadiga mental e o agravamento de uma série de doenças relacionadas ao estresse causado pela instabilidade deste tempo¹.

E é neste contexto que entendemos que devem ser discutidas formas de preservação e compatibilização do direito de férias aos docentes com o novo calendário, compreendendo-se esse direito como um tempo intimamente relacionado à preservação da saúde e da segurança, bem como tempo para permitir uma verdadeira reinserção familiar, comunitária e política.

¹ A ONU (Organização das Nações Unidas) publicou relatório que chama a atenção dos governos do mundo para a adoção de medidas que visem reduzir o possível impacto da pandemia de covid-19 sobre a saúde psíquica da população: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf

Por outro lado, a criação e definição de medidas para assegurar o exercício das férias, direito relacionado à preservação da saúde e do bem estar (físico e psíquico) dos servidores docentes, como mencionamos, também poderá reduzir os inúmeros conflitos nas unidades que podem ser gerados pela indefinição e inviabilização do exercício deste direito nos próximos meses.

Diante desta situação de extrema vulnerabilidade no ambiente da universidade, somos do parecer de que, na elaboração e regulamentação do novo calendário, sejam discutidas e criadas ferramentas para assegurar o exercício do direito de férias docente. A inclusão do intervalo de 3 (três) semanas entre os semestres letivos poderia ser uma forma de compatibilização do direito de férias docente neste período de excepcionalidade. Lembramos, por fim, que o art. 206 da Constituição Federal traz como princípio do ensino a valorização dos profissionais de educação.

É o nosso parecer.

Ana Luísa Palmisciano
OAB/RJ 115.185
Assessoria Jurídica da ADUFRJ